

Considerações Possíveis de uma Resposta Necessária

Mauricio Murad

*A crítica é como o violão: um instrumento muito fácil de se tocar mal
e muito difícil de se tocar bem.
Parafraseando Billy Blanco.*

Introdução

Inúmeras são as questões que gostaria de abordar, concernentes ao artigo publicado no nº 23/1999 de *Estudos Históricos*, assinado por Antônio Jorge Soares e escrito – este declara (p. 119, nota de rodapé) – com a ajuda de Hugo Lovisolo. Questões epistemológicas, teóricas, metodológicas, técnicas, ideológicas. O espaço, entretanto, só permite um resumo dessas idéias, que penso, talvez, publicar integralmente.

O negro no futebol brasileiro (NFB) (1947/Pongetti; 1964/Civilização Brasileira; 1994/Firmo), de Mário Filho, é um clássico no exato sentido do termo, aplaudido por inúmeros pensadores da vida brasileira, dentro e fora dos *campi*: Gilberto Freyre, Câmara Cascudo, Edison Carneiro, Marcos Carneiro de Mendonça, Thomaz Mazzoni, José Lins do Rego, Milton Pedrosa, Fernando de

Azevedo, João Saldanha, João Máximo, Edilberto Coutinho, Florestan Fernandes, Anatol Rosenfeld, José Sebastião Witter, Roberto Moura e tantos outros pesquisadores fundamentais. O autor pesquisou durante mais de cinco anos para a primeira edição e continuou, num certo sentido, por mais 17 para a segunda, revista e ampliada. Mais do que um livro (básico) de sociologia do futebol, é uma importante contribuição à sociologia brasileira, para alguns tendo relevância próxima àquela d'*Os sertões*, de Euclides da Cunha, ou *Casa grande e senzala*, para o entendimento de nossas estruturas básicas. O próprio Gilberto Freyre, citando também A. Ramos (*Introdução à antropologia brasileira*) e Roquette-Pinto (*Rondonia*), assim o considerava – veja-se o depoimento de Freyre ao Arquivo do Instituto Joaquim Nabuco, Recife, áudio doado por Edilberto Coutinho, 1977, incluindo os fecundos e elogiosos comentários de Florestan Fernandes ao NFB e seu autor.

O Núcleo de Sociologia do Futebol da UERJ tem disponível toda essa comprovação documental e, além disso, guarda significativa parcela dos arquivos de José Lins (que apresentou Mário a Gilberto), Thomaz Mazzoni, Mário Filho e Marcos Carneiro de Mendonça; depoimentos gravados em áudio e vídeo (cerca de 32 horas, incluindo parte do arquivo sonoro da Rádio JB) de jogadores, jornalistas e dirigentes dos anos 30 (Domingo, Leônidas, Zezé), anos 40 e 50 (Barbosa, Flávio Costa, Zizinho, Jair, Ademir), 60 e 70 (Didi, Nilton Santos, Pelé, Garrincha, Pompéia, Orlando Baptista, Luís Mendes, Agatirno, João Havelange, PC Caju, Jairzinho) e mais para cá: Júnior Baiano, Iranildo, Lúcio, Romário Amaral, Odvan, etc.; e, também, mais de trezentas cópias (307, exatamente) de documentos, revistas esportivas e jornais de época falando sobre as relações sócio-raciais no interior do futebol brasileiro. São eloqüentes depoimentos dos agentes sociais envolvidos, personagens históricos das ações e conjunturas observadas. Com base (não somente) nesse manancial, citado apenas em parte, é que realizo meus estudos e pesquisas sobre a participação do negro em nosso esporte-rei. Há 20 anos mais ou menos acumulo esses acervos, há 10 de modo sistemático, quase cotidiano. Por isso li com alguma surpresa o artigo de Antônio Jorge Soares no último número desta revista. Com preocupante tranqüilidade, critica-se um campo de trabalho razoavelmente consolidado já faz algum tempo. Em todo o artigo, questiona-se a autoridade, as fontes e a consistência de quem pesquisou a temática do negro no futebol brasileiro, como se a fonte de todos (equivocadamente e de modo indevido para a pesquisa científica, tomados em bloco) fosse exclusivamente Mário Filho e, mais grave, como se Mário fosse só *O negro no futebol brasileiro*.

Se ele foi e ainda é uma referência (inclusive para os “novos pesquisadores”, como Soares), é tão somente porque é um clássico. Foram 40 anos de militância de Mário Filho nos esportes em geral e no futebol em particular, desde

a histórica entrevista com Marcos Carneiro de Mendonça, em 1927, até sua morte, em 1966. Colunas esportivas nos jornais *A Manhã*, *Crítica*, *O Globo*, *Jornal dos Sports*, revista *Manchete*. Livros como *A Copa Rio Branco de 32* (1943, José Lins do Rego fez o prefácio), *Histórias do Flamengo* (1946),¹ o *Romance do futebol* (1949) etc. Trabalhou e muito com seu irmão Milton, na pioneira atividade dos cinejornais, no famoso “Esporte em Marcha”, uma espécie de antecessor do definitivo Canal 100, de Carlinhos Niemeyer, em linguagem e temática, além da sofisticação de imagens, aliás imprescindíveis para aquilo que estamos debatendo aqui. Imagens que não foram citadas nem, ao que tudo indica, pesquisadas. Em 1947, portanto, quando da primeira edição do NFB, 20 anos já se haviam passado e Mário Filho já havia produzido muito, acumulado experiência e amadurecido seu assunto preferido e sempre revisitado: as relações sócio-raciais no futebol brasileiro. Florestan Fernandes, no áudio acima referido, fala da obsessividade de Mário em conferir tudo antes de escrever.

A crítica é livre, necessária e estimulante, mas há que ser acompanhada pela ética acadêmica e respeito pessoal, ou tudo pode desandar. A meu juízo, um pouco mais de leitura e mais complexidade teriam evitado tantos deslizos. Não teria sido mais fecundo reexaminar Mário e o NFB, no interior de seu *Zeitgeist*? Por que houve, poder-se-ia dizer, a opção metodológica por um certo *etnocentrismo acadêmico*? Se a verdade não é em Mário definitiva, como não o é em nenhum de nós, porque será em Soares? Um pouco mais de leitura e complexidade teria evitado deslizos, também, em relação a nós. No meu caso particular, em verdade, foram tomados como base de consulta dois, e não três *resumos* de pesquisas, como está na bibliografia. O do Congresso Mundial de Educação Física, 1997, é o mesmo de *Pesquisa de Campo*, nº zero, um pouco mais ampliado, um pouco mais circunstanciado em suas categorizações. Isso poderia explicar o porquê da inclusão de mais uma fonte, bem como sua serventia, para o desenvolvimento do texto. No entanto, a periodização eleita e citada no artigo é justamente a outra, que, por razões de espaço, é mais esquemática e simples. Pior: meu livro (1996a), bem mais completo e fundamentado, no qual indico inúmeras fontes documentais, explicando a *periodização*, por exemplo, com seus critérios teóricos e cortes metodológicos, sequer foi comentado. Meu trabalho foi editado com parcialidade. Por quê? Da periodização que foi utilizada (Soares, p. 140-1) para a outra, *constante da bibliografia*, há uma diferença de exatos nove itens explicativos, que excluídos, é óbvio, modificam as conclusões, inclusive no que concerne à noção de “rebranqueamento”, entre aspas, a qual não faz parte do texto amplificado. Trechos excluídos, sem nenhuma explicação e/ou justificativa, além do *esquecimento* das razões (isto está no livro) que me levaram a elaborar uma periodização (pedido dos alunos, apenas como ponto de partida, para que a mesma pudesse funcionar como referencial da segunda unidade do meu curso

sociologia do futebol), embora reconhecesse previamente os riscos da simplificação de qualquer método de periodizar, todos eles *nunca* taxativos e sempre passíveis de questionamentos.

A periodização não se inspirou no NFB, como foi dito, o que confunde os leitores. Esta, entre outras tantas, foi uma das mais sérias e comprometedoras distorções. Sugere desconhecimento da obra de Mário Filho, que não gostava de periodização, porque a identificava com aprisionamento. Os pontos de apoio foram Thomaz Mazzoni, Edilberto Coutinho, João Saldanha e João Máximo. Os dois últimos tomados exatamente no aspecto em que criticam Mário, ou seja, as causas do profissionalismo, implantado a partir de 1933. Por que os textos-resumos e não o livro? Livro de cuja existência sabiam ambos, autor e orientador, como também do acervo descrito acima?

A história não começa quando entramos nela. E este é um *idola* paradigmático, segundo a clássica formulação de Francis Bacon – erro que deve ser evitado, se queremos construir uma ciência, e denunciado por Reich como redundância, sobretudo dos mais novos (1978: 138-9). Há muita gente de boa cepa por aí, trabalhando, problematizando questões teóricas e metodológicas, e que nos auxilia, pela experiência acumulada, a abrir novas frentes, o que é bom para todos. Negativa, pessoal e profissionalmente, é a natureza desta crítica. Houve exagero e radicalismo, na tentativa de reduzir Mário e nós outros a zero, como se nenhum mérito pudesse ser admitido. A linguagem pesada incluiu expressões como “talvez oportunistas”, “invenções” (sic), e as leituras tropeçaram na pressa, distorção e superficialidade de *textos fora de contexto*, movediço e equivocado terreno que pode sepultar qualquer boa idéia ou conduzi-la a um inaceitável vale-tudo. A crítica exige o exame criterioso e detalhado de outras obras do autor, que tratem das mesmas temáticas, para não ser reducionista. Rer ler ou ler Costa Pinto e Guerreiro Ramos, importantes sociólogos brasileiros, teria ajudado. Evidente que sempre há a possibilidade de outras leituras, em relação a qualquer assunto. Elas são sempre bem-vindas. Mas se o NFB não deve ser a única fonte para os estudiosos (e nisso estamos de acordo), como repetidas vezes aparece no artigo, por que se valeu apenas dele para criticar? Por que não foi, por exemplo, aos acervos assinalados no início deste texto? Não os conhecia, como referenciais ao tema? É possível, e neste caso reproduziu os erros metodológicos (e de técnica de pesquisa de campo) que tentou imputar a outros. A ciência requer uma boa dose de ousadia e uma boa dose de humildade. Quando o pesquisador cinde com uma dessas dimensões, comete erros por vezes pueris. S. M. J. isto ocorreu, e infelizmente, já que era boa a idéia original. *Extrema se tangunt*. Paraphraseando Sartre, poder-se-ia dizer: Mário e o NFB não são nem o Diabo nem o bom Deus. Esta a exata dimensão do problema.

Abaixo, apenas algumas questões selecionadas no texto de Soares:

1) “Ao recorrer à literatura, acadêmica, ou jornalística, sobre o passado do futebol brasileiro, temos a impressão de estarmos sempre lendo os mesmos textos (...). Em quase toda a produção (...) encontram-se três momentos narrativos (...). Esse tipo de narrativa (...) encontra sua origem e validade no (...) NFB.” (p. 119-20)

Mário Filho é um clássico. *Clássico* é aquele que ultrapassa os limites de sua época e assim torna-se um interlocutor para os subseqüentes (Cohn, 1977: 2-3). *Diálogo* é a linguagem por excelência da pesquisa científica (Bachelard, 1972: 127). Toda *generalização* é estranha ao espírito científico (Foucault, 1992: 89). Foram cometidos os três pecados capitais, imperdoáveis ao trabalho intelectual: ausência de erudição, relativamente à extensão de um clássico; desconhecimento da literatura amplificada, conseqüência do desprezo ao diálogo, e generalização do *sempre quase toda*. E mais: desconsideração de outras fontes de investigação, como o cinema e a fotografia, tão importantes para as ciências sociais e para o objeto em tela. Na perspectiva de uma antropologia visual e/ou sociologia imagética, há muitas imagens de época a serem lidas. A fotografia tem para a história o valor de um documento primário (Barthes, 1970: 87). Certamente as observações se alargariam e as conclusões teriam mais densidade. O alcance e o limite de Mário Filho e do NFB seriam alocados em seu devido lugar. Estou agora, no presente, concluindo um livro que relaciona futebol e cinema no Brasil. Talvez possa ajudar, e por isso coloco o material pesquisado em quatro anos de trabalho à disposição de todos os interessados, incluindo um conjunto visual com 40 posters da FIFA retratando os diversos cenários do futebol brasileiro (não só do RJ), tais como campos, torcidas, dirigentes e jogadores.

2) “(...) não haveria problema algum se a obra [NFB] fosse tomada como mais uma fonte e contrastada ou cruzada com outras.” (p. 120)

Foi o que fiz, e ao fazê-lo constatei que as outras fontes (pelo menos as relatadas aqui) confirmam, no fundamental, as teses de Mário Filho, com diferenças, embora não estruturais. Há uma fita em áudio – Rádio MEC/1992, tempo de 2 horas – que registra uma conversa radiofônica (eu e Edilberto Coutinho, pesquisador fundamental) sobre Mário Filho e *O negro no futebol brasileiro, pontos positivos e negativos*. Cópia desta fita está à disposição no Núcleo/UERJ. Vamos em frente. Ao contrário daquilo que se afirma (desqualificando?), Mário não se baseou em *causos*. Pesquisou durante anos, conversou, anotou, conviveu, numa verdadeira observação participante, ele que era um dos estudiosos mais importantes dos esportes de seu tempo (vide G. Freyre, Thomaz Mazzoni, Ruy Castro). Mário cometeu equívocos, também acho, e está na fita;

portanto, pode e deve ser criticado como todos nós, mas é preciso não radicalizar, ou corre-se o risco de se tornar prosaico. Mais ainda: por que o artigo não fez o que proclama e cobra? Por que o *cruzamento* foi parcial, esquecendo fontes historiográficas imprescindíveis, algumas delas já citadas aqui? Reexaminar o NFB e Mário, como tudo, é sempre fecundo. Esta a razão de ser da ciência. Se é verdade que não deve haver submissão no reexame (estamos de acordo), também o é que não pode haver auto-sacralização olímpica. Metodologicamente, é desaconselhável que a verticalidade da pesquisa caminhe em detrimento de sua também necessária horizontalidade. O processo de investigação e produção de conhecimento não perdoa esse tipo de vacilo. Ao lado do NFB, na época de Mário, antes e depois, há muito, mas muito mais coisas a se pesquisar sobre as relações sócio-raciais no futebol brasileiro do que se conseguiu enxergar. Olhar para o lado e ver o outro faz bem. Esta, aliás, é uma das lições ontológicas que o futebol ensina. Homero, na *Odisséia*, fala disso, através de Ulisses, em relação ao *Epyskhiros* grego, ancestral jogo de bola (ver texto completo em Murad, 1996: 138-9).

3) “*Um dos sintomas da carência, ou mesmo da ausência de fontes é o fato de os (...) ‘novos narradores’ construírem legitimações acadêmicas da obra e de seu autor (...).*” (p. 120)

Joel Rufino dos Santos, Waldenir Caldas, José Sérgio Leite Lopes, César Gordon Jr., Cláudia Mattos e eu (L. H. Corrêa e Ronaldo Helal também, in *Coletânea do VI Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e E. Física*, UGF, 1998: 745(8)) somos, na postura classificatória do “novo pesquisador”, os novos narradores. De minha parte sinto-me confortável pelos ilustres pares, todos com produção intelectual conhecida e reconhecida, mas reclamo, outra vez, da parcialidade: de novo faltou muita gente, o levantamento é curtíssimo, sugere desconhecimento da literatura pertinente e dos estudos e trabalhos contemporâneos sobre o tema, o que retira consistência teórica e metodológica, além de demonstrar fragilidade na parte técnica da pesquisa. Há um enorme continente de investigações historiográficas acerca do negro no futebol brasileiro como metáfora de nossa formação social. Há uma riqueza investigativa crescente acerca do futebol nos *campi* brasileiros, além do Rio e de São Paulo. Estou reunindo o material, sistematizando, arquivando, porque o futuro, tenho certeza, estará a exigir de nós algo equivalente àquilo que Otávio Ianni fez em relação à América Latina: uma sociologia da sociologia do futebol. Se o “novo pesquisador” tivesse sido mais cuidadoso, teria feito essa revisão da literatura, disponível na UERJ. Com certeza teria sido menos simplista e reducionista, o que é angular para uma tese de doutorado. O *locus* da crítica acadêmica há que ser diferente do criticismo.

4) “Mário Filho não escreveu história em sentido clássico (...)” (p. 121)

Quem faz esse tipo de afirmação tem que, *moto contínuo*, dizer o que é fazê-la (e com refinamento teórico), ou seu texto perde e muito em continuidade e conteúdo. Foi o que ocorreu, e não só neste ponto. Em várias partes o texto parece que vai mas não vai. Deleuze (1989: 184) criticou essa falácia (é dele o termo), acrescentando que isso é consequência de baixa ou *recente* formação teórica, daqueles que leram mas não problematizaram. Mais três itens: 1) qual a concepção de história que lhe serviu de referencial? História factual? Empiricismo lógico? O positivismo cientificista parece dominar, garrotear mesmo, as idéias. É inevitável a lembrança do Círculo de Viena, fundado por Moritz Schlick, que teve a companhia, entre outros, de Philipp Franck e Otto Neurath. Nunca é demasiado lembrar que esta é apenas *uma* concepção de história (melhor: historiografia), discutível como as demais, passível de crítica e construções contrapostas, como qualquer outra, e não *a única*, como sugere o texto. Monolitismo? Sugiro a leitura de *A microfísica do poder*, de M. Foucault. Historicismo? Ouçamos Veese (1989: 92): “Por causa deste velho *esprit d’analyse*, que se apresenta sempre como novo, é que Weber, embora devedor da tradição historicista, se afasta dela, já que achava inadmissível e primário confundir o histórico empírico, que fornece o material de base para o *constructo*, com o histórico enquanto objeto.” Gilberto Amado, em 1934, analisando a obra de Tobias Barreto, afirmou: “para mim, ainda, em muitas pesquisas contemporâneas, Augusto Comte e seguidores estão no centro, especialmente nos trabalhos de novos pesquisadores.” Sugiro a esclarecedora leitura de “Prolegômenos ao estudo do positivismo brasileiro: verdade e ideologia”, de G. Bornheim, in *Revista Tempo Brasileiro*, nº 91, 1997. Só este item mereceria um ensaio específico, com seus irrecusáveis debates, no plano da teoria, da pesquisa de campo e da ideologia. 2) O NFB é classificado, pelo artigo, não como obra científica, mas como romance. Aqui, outro pequeno deslize: o mais correto, creio, na linha do artigo, seria qualificá-lo como crônica. Em diversos instantes, o texto parece revelar pouca intimidade em relação a conceitos oriundos da teoria da literatura, os quais são empregados de forma aleatória. Conto, crônica, romance, épico são conceitos definidos na história da literatura e não podem ser utilizados como palavras gratuitas. E este enquadramento (como romance) parece assumir uma tonalidade pejorativa, com o intuito de desqualificar o livro. Lembro que *Os sertões*, *Casa grande e senzala*, *Raízes do Brasil* (Sérgio Buarque de Holanda) e *Formação do Brasil contemporâneo* (Caio Prado Júnior) entre outros, cada situação com sua especificidade, já receberam, também, o epíteto de “invenções romanceadas sobre a nossa formação social” e hoje são (todos!) considerados fundadores de uma compreensão do Brasil. E isto não é novidade, é recorrência. A história do pensamento é

plena de situações correlatas. São emblemáticos os casos de Hegel, Marx, Freud, Einstein e Sartre, gigantes do pensamento, também alcunhados de “inventores de realidades”. 3) Mais ou menos obsessiva foi a cobrança pelos dados comprobatórios, pelo suporte empírico, tarefa, aliás, não realizada pelo autor, que dá a entender no artigo ter ficado quase que somente nos jornais de época e, mesmo assim, a meu juízo e segundo os acervos de que disponho, de um modo incompleto. Jornais de época são necessários, mas não suficientes ao trabalho de campo. Enquanto estruturas palimpsestas que são, têm que ser *descamados* pelo instrumental do trabalho, ou então a cientificidade do processo fica comprometida e induz o pesquisador, por vezes independentemente de vontade própria, a reeditar uma determinada escritura ideológica, quando imagina estar apenas denunciando outra.

Wright Mills (1959) chamou a atenção dos novos pesquisadores para o cuidado que deveriam ter com o deslumbramento, avisando que todo cuidado é pouco quando se trata do ofício de cientista. Estamos de acordo que dados são necessários para emprestar suporte empírico e fidedignidade aos resultados obtidos. É imprescindível, pois, fazer pesquisa, ter a experiência física com as facetas (sempre plurais) dos fenômenos investigados. Mas isso não é tudo, isso não dá conta por si só da integralidade do processo, que é de problematizações, mediações, articulações, construções. “Toda ciência seria supérflua, se a aparência e a essência das coisas se confundissem” – Marx n’*O Capital* (1959, vol. 3, 534). Arquimedes, muito antes, em Siracusa, Grécia Antiga, século III a. C., já dissera algo assemelhado em relação à lei da imersão dos corpos, como Giordano Bruno e Galileu Galilei, no que se refere aos movimentos de rotação e translação da Terra. Reparem mais isto: parece ser este pensamento de Marx, que inspirou o de Eric Hobsbawm na epígrafe do artigo em questão...

5) “Os ‘novos narradores’ outorgam maior peso à exclusão dos negros que à dos pobres brancos.” (p. 128)

Nova generalização, e indevida, como toda generalização. Em meus trabalhos procuro deixar clara esta articulação. Mais uma vez sugiro a leitura do meu livro, que não foi consultado. Nesta questão, entretanto, o “novo pesquisador” se contradiz dois parágrafos adiante, quando me cita: “[o futebol] produziu já na sua origem sua primeira violência social e racial (...) quando chegou ao extremo de ser proibido a negros e pobres já fortemente discriminados e estigmatizados numa formação social dominada pelo colonialismo e pelo escravismo (...)”. E só não foi mais explícita a contradição porque, na pressa, *esqueceu* de continuar caminhando pelo meu artigo (consultado) “Futebol e violência” (Murad, 1996b) e citar outras passagens como estas, que tratam da “popularização e democratização do futebol entre nós (...). Uma violência histórica, constitutiva,

formadora e fundadora da sociedade brasileira. Que o digam os índios, negros, pobres e seus descendentes de ontem e de hoje. A violência tanto social, quanto racial (e de gênero), é uma constante na estrutura da formação brasileira”; “é a sociedade brasileira e suas estruturas básicas que se oferecem à investigação, quando estudamos o nosso futebol”. Este o mérito de uma sociologia do futebol, ou então estaríamos fazendo reportagem esportiva. Trechos de meu livro (Murad, 1996a) também provam como foi parcial e insuficiente o trabalho realizado: “futebol é uma das vias de acesso para se estudar duas das constantes estruturais da vida brasileira: o preconceito racial e a exclusão social, aquele inserido nesta”; “pobres e pretos discriminados nas primeiras décadas de nosso futebol”; “contradições sociais, étnicas, (...) um novo *locus* político (...) de manifestações (...) no futebol elitista e racista”. No parágrafo de abertura do capítulo “Bate-bola temático, 2º tempo” (Idem: 161), que antecede a apresentação dos *textos-resumos*, tomados como fontes em *pesquisa de campo*, está claramente avisado: “De cada uma das pesquisas a seguir relacionadas, destacaremos *apenas e tão-somente* alguns aspectos, algumas referências interpretativas e não o seu conjunto. (...) Nunca é demais reiterar que as referências listadas são elementos, *partes de uma totalidade*. Faz-se necessário, no entanto, ler os conteúdos escolhidos como parcelas de uma estrutura analítica maior (que lhes dá mais sentido e maior dinâmica), a qual está norteada, basicamente, pelos princípios expostos no capítulo III.2 (...)”. Erro crasso retirar os textos de contexto. E este equívoco não foi pontual, funcionou como registro de metodologia. É possível que os outros autores também questionados tenham sido, igualmente, objeto dos mesmos enganos. Penso estar-mos diante de um protótipo anacrônico da palingenesia (Schopenhauer) estóica...

6) “Murad nesse segmento nos fala da perseguição (...) dos árbitros em relação aos negros no espaço do jogo. (...) O texto deseja ser politicamente correto ao inventar uma história de resistência (...). Tais construções, sem dados empíricos (...)” (p. 135)

As conclusões acima estão no corpo do artigo, imediatamente após uma citação de trecho de minha autoria que supostamente lhes serve de referência. Então vejamos se há legitimidade na pretensão. Meu texto selecionado tem, exatamente, 18 linhas e nele não aparece uma vez sequer a palavra árbitro. Então, de onde se extraiu esta primeira conclusão? Mais: meu texto está abordando uma violência social, decorrente de uma história escravagista, e não uma perseguição formal, protocolar, dos árbitros. É a violência estrutural da formação da sociedade brasileira, entranhada em nosso cotidiano, em nossos hábitos, que o episódio simboliza e revela. “Os preconceitos têm mais raízes que os princípios”, sentenciou Maquiavel, com sabedoria. Há que se observar com mais complexidade os

objetos da investigação, ou perde-se o direito à cientificidade. Pouco antes, na página 129, questiona-se, não diretamente a mim, onde estariam os regulamentos ou leis segregadoras. Aqui transparece uma certa ingenuidade da pesquisa em supor que a ciência opera com *realidades dadas*. As metáforas do “óbvio ululante” e dos “idiotas da objetividade”, ambas cunhadas por Nelson Rodrigues, e que inspiraram o artigo de Roberto DaMatta “Antropologia do óbvio” (1994), são interessantes sinais *para todos nós* pensarmos questões de fundo, de natureza epistemológica, sobre nossa função de pesquisadores. É uma obviedade a não existência de documentos oficiais da discriminação. Como tê-los num contexto pós-Lei Áurea, 1888, pós-Constituição de 1891, a primeira da República, segunda do Brasil, e pós-Código Civil (Clovis Bevilacqua e Rui Barbosa) de 1916? E é aí que reside o valor da investigação sistemática, na busca das camadas subjacentes, silenciosas, emergentes, neste caso, de uma escritura ideológica. Parafraseando Freud (este em relação à psicanálise), poder-se-ia dizer que a ciência tem que trabalhar com aquilo que é dito, mas principalmente com *aquilo que não é dito*. De modo contrário, estaríamos reduzidos à *empíria* da constatação, a uma história oficial e tecnocrática. Em que lei ou regulamento, no Brasil de hoje, está escrita, assumida publicamente, a discriminação de mulheres, de idosos, de índios, de negros, de pobres etc.? E isto não é uma obviedade? Se não, por que teríamos mais de 2.000 (dois mil! – *Estado de S. Paulo*, 28/3/1998) grupos organizados em todo o território nacional lutando pelos direitos dessas chamadas “minorias”?

Ao tratar do surgimento do direito esportivo brasileiro, esclareceu Oliveira Vianna, sociólogo e jurista: “Dominados pela preocupação do direito escrito e não vendo nada mais além da lei, os nossos juristas esquecem este vasto submundo do direito costumeiro do nosso povo (...)” (1951, vol. 1: 14). Se houvesse tempo e espaço para continuarmos por esta trilha, encontraríamos um vasto material de sociologia jurídica, de incomensurável valor para a compreensão agonística e antitética dos esportes, assim como para alguns esclarecimentos necessários a este debate. Conceitos como *norma de direito* e *norma de cultura* e a prevalência desta sobre aquela; *a teoria do antijurídico* de Max Mayer; a maior abrangência do *fato social* que da *norma jurídica* e o reconhecimento da existência de um *direito penal peculiar aos desportos*, conforme a conferência de Nelson Hungria, um dos mais respeitados professores de direito penal no Brasil, citada por Valed Perry, autoridade internacional em direito esportivo, consultor do COI, Comitê Olímpico Internacional, e da FIFA (1973: 143-45). E com que tranqüilidade afirma-se o *desejo de um texto* (p. 135). Quem faz este tipo de afirmação, tão subjetiva, ou tem dados comprobatórios, e nesta hipótese é preciso mostrá-los, para não confundir os leitores, ou não os tem, e aí se expõe a cobranças de responsabilidade...

Elementos de fundamentação empírica

Outras tantas discussões caberiam aqui, não fossem minhas limitações de espaço. Mais cinco ou seis, com certeza, como por exemplo: na página 138, relativamente à “culpa dos negros” pela derrota de 50, Soares cita Guedes para dizer que isso não aparece em nenhum dos periódicos que esta consultou, mas deixa de citar a mesma autora (Guedes, 1998: 36) quando esta afirma que “há uma excelente avaliação sobre o modo como se culpavam os ‘negros’ pela derrota na Copa de 1950, em Mário Filho” – e a obra indicada é o NFB. Então, há muito mais coisas entre um trabalho e sua crítica do que imagina uma vã sabedoria... Entre “os novos narradores” e “os novos pesquisadores”, há mais complexidade, pesquisa e trabalho realizado do que conseguiu alcançar o olhar radical da ruptura. E, para terminar, segue abaixo uma listagem de dados, produto de anos de pesquisa, que avalio como importantes, para ajudar a elucidação de pontos centrais do presente debate. O ideal seria analisá-los, mas isto há que ficar para outra oportunidade.

“Ainda garoto eu tinha medo de jogar futebol, porque vi muitas vezes jogador negro, lá em Bangu, apanhar em campo, só porque fazia uma falta, nem isso às vezes... Meu irmão mais velho me dizia: ‘Malandro é o gato que sempre cai de pé... Tu não é bom de baile?’ Eu era bom de baile mesmo, e isso me ajudou em campo... Eu gingava muito... O tal do drible curto eu inventei imitando o miudinho, aquele tipo de samba.” – Domingos da Guia, vídeo Núcleo /UERJ, 1995.

“Eu jogava bem, tinha ginga, tinha manha, a mesma do samba... Mestre-sala dribla e jogador samba quando é craque, né? Eu era... Joguei no Cerâmica... Na época era muito difícil... Eu sou crioulo, né? Mas joguei muito e apanhei muito. Era só vacilar. Num jogo do Cerâmica com o Hadock Lobo, só porque eu fiz uma falta normal, apanhei até da polícia ...” – Mestre Delegado (Mangueira), áudio Núcleo/UERJ, 1991.

“Pensei em me adiantar, avançar com a bola e ajudar o Prego... Quem sabe a gente até empatava ... Aí me lembrei que era o único preto do time... E se sofrêssemos um gol lá atrás, sem eu ter voltado... Bater já não batiam mais, mas a culpa vinha toda para cima de mim.” – Fausto dos Santos, *A Noite*, 28/7/1930, p. 34.

“Os jogadores de cor, quando passaram a ter livre acesso no futebol oficial, em times médios inicialmente, comiam o pão que o diabo amassou (...). E foi uma pena, porque entre 1912 e 17 tivemos o apogeu não oficial do futebol *colored*.” – Thomaz Mazzoni, *História do futebol no Brasil*, 1950, capítulos 4, seção 120, e 5, seção 148.

“O Corinthians surgiu como surgiu, porque os deserdados da época precisavam ocupar um espaço que existia e que a elite procurava negar. O Corinthians foi primeiro clube paulista a ter um jogador negro – embora o

preconceito proibisse a participação dele no campeonato.” – Juca Kfoury, *A emoção Corinthians*, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 61, referenciado não em Mário Filho, mas em Paulo Várzea e seu irmão Max Valentim, pesquisadores considerados fundamentais.

“O Vasco da Gama massificou o futebol, uma quase revolução, quando formou um time de gente modesta, vinda da segunda divisão. Isto foi o ápice, mas já estava espalhado na sociedade, com o Corinthians (destaque), o Bahia, Britania, no Pará, América, em Minas.” – Thomaz Mazzoni, op. cit., capítulo 6, seção 165.

“Tem muita discriminação no Brasil e no futebol, só que se tentava esconder tudo pela hipocrisia (...) Nós tivemos que lutar muito. Só perguntar aos jogadores (...) Não, isso não é segredo, apesar que ainda tem muita gente tentando esconder, tentando dizer que é tudo invenção (...). Quem viveu e sentiu na pele é que sabe...” – Gentil Cardoso, citado por P. Zamora em *Tim, o estrategista*, Rio de Janeiro, Ed. Gol, 1969.

“Naquela época, nem o Pelé jogaria nos clubes ricos. Eu vi Fla-Flu, sem nenhum preto em campo.” – Domingos da Guia, *Folha de S. Paulo*, Esporte, 15/1/1995, p. 4.

“Assim, as primeiras notícias de caráter esportivo que realmente atiçaram a curiosidade do público, foram aquelas que mostravam a discriminação social e racial nos clubes e nos times, numa época que os sindicatos já faziam as suas domingadas à base do futebol e que São Paulo era muito politizado.” – *Almanaque Esportivo Olympicus*, São Paulo, 1945-46, p. 291.

“Ali na região de Porto Novo, divisa do Estado do Rio com Minas Gerais, encontramos clubes de pretos e clubes de brancos, com associados, festas e atividades diferenciadas, além de times de futebol também diferenciados (...) e isso ainda nos anos cinquenta.” – Flávio Cunha, *A história do futebol no Estado do Rio – Região Centro-Norte e Norte*, Rio de Janeiro, Ed. Luades, 1962, vol. 3, p. 164-5.

“(...) a integração de negros, mulatos e mesmo de brancos pobres aos clubes elegantes, foi pontilhada de conflitos. Em certos clubes os negros não eram aceitos de forma alguma.” – Fátima Martin R. F. Antunes, *Futebol de fábrica em São Paulo*, São Paulo, USP, 1992 (dissertação de mestrado), p. 24.

“Dia 4 de março de 1952. Tesourinha veste seu uniforme (...) e pela 1ª vez um jogador negro é titular do Grêmio. (...) A Diretoria em nota oficial publicada anteontem na imprensa (...) por decisão unânime, resolveu tornar insubsistente a norma que vinha sendo seguida de não incluir atleta de cor em sua representação de futebol.” – S. Endler, *Tesourinha, Tchê!*, 1984, p. 78-9.

“A história social do futebol no R. G. do Sul revela momentos de forte segregação racial, com destaque para a existência de ligas exclusivamente formadas por atletas negros.” – Gilmar Mascarenhas de Jesus, in *Coletânea do VI Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física*, UGF, 1998, p. 110.

“(...) a existência de um preconceito, que por muito tempo subsistiu nos grandes clubes do futebol profissional: a proibição dos negros participarem de suas atividades. O art. 3º do novo regulamento (1942) da AADA, Associação Amália de Desportos Atlético, das Indústrias Matarazzo, tratava dos bailes mensais e instituía até mesmo a discriminação racial entre os freqüentadores, dividindo o salão em alas para brancos e negros. A justificativa era proporcionar maior liberdade aos associados: (...) b) para maior liberdade, o salão será dividido em duas partes, cabendo uma aos sócios de cor e outra aos brancos; (...) e) os elementos brancos não poderão freqüentar o baile dos de cor e o mesmo para os de cor que não poderão freqüentar o salão dos brancos. (...) A separação entre negros e brancos em clubes de fábricas, também parecia ocorrer em outros lugares.” (Idem, *ibidem*, p. 162-3).

“Da AMEA – Associação Metropolitana de Esportes Amadores só fará parte aquele elemento são e puro (...).” – *Correio da Manhã*, 8/4/1924, p. 7.

“(...) os primeiros tempos, isto é, (...) que se exigia o afastamento do negro, pelo menos das equipes oficialmente inscritas (...). Quando se formou uma seleção brasileira, em 1921, (...) não fez parte (...) um negro sequer. Diziam até que o Presidente Epitácio Pessoa dera ordens expressas nesse sentido. Os jornais do Rio, em grande parte, protestaram, tendo a revista *Vida Esportiva* movido intensa campanha em defesa do negro atacando, também, o racismo que ainda perdurava em São Paulo.” – *Jornal do Brasil*, 23/9/1965, caderno IV Centenário, p. 212.

“Gente boa eu tenho um medo danado da cidade grande. Acho tudo falso, não sinto verdade e tem mais: dizem que eu sou patrimônio do clube, mas na hora h fecham as portas pro patrimônio e eu sinto que até a cor pesa nesses momentos...” – Garrincha, depoimento em áudio, 1980, Arquivo Sonoro da Rádio Jornal do Brasil.

“Quantas vezes, no Botafogo, e isto também acontece em outros clubes brasileiros, fui surpreendido por um diretor me pedindo: ‘João, vê se dá um jeito nisto e manda esses crioulos saírem da sede. Não pode, não é?’ ‘Não é por nada não, nosso uniforme é preto e branco, mas vamos clarear, vamos clarear...’ O Fluminense também era assim (...). O Flamengo (...). O Paulistano, que preferiu fechar sua seção de futebol a ter que aceitar pobre e preto em seu time, o Grêmio Porto-Alegrense, o Atlético e o Coritiba, no Paraná. Em Minas (...) na Bahia (...) em Pernambuco (...) no Ceará (...) no Pará (...).” – João Saldanha, *Os subterrâneos do futebol*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1980, p. 115-7.

“Relatórios médicos foram feitos, sigilosamente, para a CBD. Chegaram à conclusão de que o problema brasileiro estava na alma dos jogadores, que eram muito nostálgicos, sentiam muito a falta de casa, da comida, principalmente os negros, que eram emocionalmente mais instáveis. Portanto, o time na estréia da

Copa (1958) deveria ser o mais branco possível.” – Nilton Santos, *Minha bola, minha vida*, Rio de Janeiro, Gryphus, 1998, p. 74.

“Que os negros se sentiam inferiores diante dos louros, na hora do vamos ver; que os mulatos desobedeciam os sistemas táticos e não seguiam à risca a ordem dos vestiários. Era isso que se falava lá o tempo todo... Até chateava a gente...” – Garrincha, entrevista à TV Globo a respeito da Copa de 1958, maio de 1982.

“Claro que tinha preconceito e durou muito... Tudo que é jogador que viveu a época sabe disso... O Zizinho mesmo, que era o Pelé de sua época e que era muito respeitado, várias vezes reclamou isso comigo. Hoje ele nem gosta de lembrar...” – Ademir M. Menezes, depoimento em vídeo, 1994, Núcleo/UERJ.

“Durante anos eu sentia esse peso da culpa, até hoje mesmo... É, a cor pesou, sim. Sabe como é, né, preto não tinha vez e na hora de apontar o culpado... Isso sempre foi assim, desde as peladas que eu jogava na rua...” – Barbosa, depoimento em vídeo, 1995, Núcleo/ UERJ.

“O Bahia adota a capoeira para treinar jogadores. A capoeira desenvolve um gingado tipicamente baiano que é muito útil na hora dos dribles (...) e resgata uma tradição histórica (...).” – *Folha de S. Paulo*, 12/10/1997, Esporte, p. 4.

“A forma ‘abrasileirada’ de jogar futebol mantém estreita correlação com outros usos sociais do corpo, considerados definidores dos brasileiros, como a dança, em especial o samba e todas as danças dos rituais afro-brasileiros, a capoeira, o requebrar feminino, compondo um conjunto gestual muito vasto, dentro do qual deve ser analisada.” – Simoni Lahud Guedes, *O Brasil no campo de futebol*, Niterói, EDUFF, 1998, p. 51, citando afirmações mais ou menos parecidas de Arno Voguel e Roberto DaMatta.

Conclusão

Há inúmeras outras referências equivalentes. Entretanto, não é possível continuar, nos limites que tenho de tempo e espaço. Reitero que esses acervos estão, como sempre estiveram, à disposição dos interessados, e no próximo livro, que pretendo publicar, sobre as relações entre cinema e futebol, há um capítulo inteiro tratando da questão do negro. Mas, desde já, acredito ser possível concluir, com isenção, que *não se inventou uma história de discriminação e resistência* e muito menos *uma receita, a da capoeira e do samba, como base do futebol brasileiro*. Do contrário, teríamos que incluir Soares, em parte pelo menos, no grupo dos “novos narradores”, pois em sua dissertação de mestrado *Malandragem no gramado: o declínio de uma identidade* (Universidade Gama Filho, dezembro de 1990), lê-se à página 88: “Assim, o futebol no Brasil foi apropriado pelas camadas populares que o elevaram a um dos símbolos de identidade, formando com o samba e o carnaval a identidade do Rio de Janeiro, do carioca. O ‘esporte bretão’, trazido

para o Brasil por e para as elites, foi rapidamente apropriado pelas demais classes sociais (...). Por esta razão, no Brasil, no campo das elaborações sobre a cultura popular, postula-se uma relação que está sempre presente entre o futebol, o samba e a malandragem, elementos que constituem um eixo de construção da identidade popular (do carioca) e, por extensão, brasileira.” Na página 90, está escrito: “O ‘malandro’ constrói sua fama pela habilidade que possui em reverter as situações adversas; este talento é desenvolvido naturalmente, na improvisada vida de rua, da mesma forma que o ‘jogador malandro’ desenvolve suas habilidades para o futebol.”

Criticar é uma delicada corda bamba: pode rimar com respeitar ou com desrespeitar as contribuições de cada um. A realização destas é sempre muito difícil e trabalhosa, principalmente quando se trata de tema ainda tão cercado de preconceito na academia, como o futebol. Nós todos sabemos disso. Não é o direto à crítica que se questiona, mas o tom empregado. Fiquemos, então, com a primeira rima (criticar/respeitar), rima rica para todos, autores e leitores. Não é defensivismo, é defesa – legal, legítima e ética, perante um certo ofensivismo. Ou, se preferirem, a aplicação da terceira lei de Newton – ação e reação. Firmeza e serenidade são sinais do bom combate. Vamos em frente. Já são muitas as dificuldades para os trabalhadores intelectuais no Brasil. Não inventemos outras. E quando for inadiável a crítica (porque sempre haverá diferentes leituras), que ela seja realizada. Mas que seja com o princípio que Tácito preconizou em relação à história, no início dos *Anais*: *sine ira et studio* – sem ódio nem parcialidade.

Notas

1. Mário é o primeiro a levantar a tri-hipótese sobre a popularidade do Flamengo e o fato de este ter a maior torcida do país: pobres, negros e mestiços no plantel, após longa resistência; a transmissão radiofônica para todo o país

(só o Rio de Janeiro transmitia, por ser a capital da República) de dois tricampeonatos (42, 43 e 44 e 53, 54 e 55), e finalmente os treinamentos em campo aberto, novidade que ocasionava o contato direto com os torcedores.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de. 1930. *A evolução dos esportes no Brasil – 1822/1922*. São Paulo, Melhoramentos.

BACHELARD, Gaston. 1972. *Filosofia do novo espírito científico*. Lisboa, Editorial Presença.

- BARTHES, Roland. 1970. *Mythologies*, Paris, Ponts.
- CASTRO, Ruy. 1992. *O anjo pornográfico – A vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo, Cia. das Letras.
- COHN, Gabriel. 1977. *Para ler os clássicos*. Rio de Janeiro e São Paulo, LTC Editora.
- COUTINHO, Edilberto. 1990. *Nação rubro-negra*. São Paulo, Fundação Nestlé de Cultura.
- DELEUZE, Gilles. 1989. *Logique du sens*. Paris, Éditions de Minuit.
- FOUCAULT, Michel. 1992. *Arqueologia do saber*. São Paulo, Perspectiva.
- FREUD, Sigmund. 1972. *Obras completas*. Madrid, Biblioteca Nueva.
- FREYRE, Gilberto. 1964. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- GUEDES, Simoni Lahud. 1998. *O Brasil no campo de futebol*. Niterói, EDUFF.
- MAIO, M. Chor e VILLAS-BOAS, G. (org.). 1999. *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS.
- MARX, Karl. 1959. *O capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MATTA, Roberto da. 1994. "Antropologia do óbvio", *Revista USP*, Dossiê Futebol, nº 22, 1994, p. 11-17.
- MAUSS, Marcell. 1979. *Sociology and psychology, essays by Marcel Mauss*. London, Routledge & K. Paul.
- MÁXIMO, João. 1969. *A história ilustrada do futebol*. São Paulo, Edobras.
- MAZZONI, Thomaz. 1950. *História do futebol no Brasil – 1894/1950*. São Paulo, Leia.
- MILLS, C. Wright. 1959. *The sociological imagination*. New York, Oxford University Press.
- MURAD, Mauricio. 1996a. *Dos pés à cabeça – elementos básicos de sociologia do futebol*. Rio de Janeiro, Irradiação Cultural.
- . 1996b. "Futebol e violência no Brasil", *Pesquisa de Campo/ Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol*, Rio de Janeiro, UERJ, Departamento Cultural/Sr-3, n. 3/4, p. 89-103.
- ORTIZ, Renato. 1985. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense.
- PERRY, Valed. 1973. *Futebol e legislação nacional e internacional*. Rio de Janeiro, Gráfica Vitória.
- RODRIGUES FILHO, Mário. 1994. *O negro no futebol Brasileiro*. Rio de Janeiro, Fimmo [1947/Pongetti, 1964/Civilização Brasileira].
- REICH, Wilhem. 1978. *O combate sexual da juventude*. Lisboa, Edições Antídoto.
- SANTOS, Nilton. 1998. *Minha bola, minha vida*. Rio de Janeiro, Gryphus.
- SOARES, A. Jorge. 1999. "História e invenção de tradições no campo do futebol", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 23, 1999, p. 119-146.
- TOULMIN, Stephen. 1982. *The construal of reality: criticism in modern and postmodern science*, in *The politics of interpretation*. London, W. J. T. Mitchel.
- VEESER, H. Aram. 1989. *The new historicism*. New York, Routledge.
- VIANNA, Oliveira. 1951. *Direito do trabalho e democracia social*. Rio de Janeiro, Pongetti.
- ZANINI, Telmo. 1984. *Mané Garrincha*. São Paulo, Brasiliense.